



BRASIL: POTÊNCIA MUNDIAL EM 2000?

Jordan M. Young

Professor de História na Pace University, Cidade de Nova York.

O acompanhamento do Brasil não é uma arte tão reconhecida como o da China ou de Cuba, mas, após um contato íntimo da ordem de 35 anos com o país mais embricado da América do Sul, julgamos que nem nós nem os outros três ou quatro brasilianistas que vêm seguindo suas pegadas, desde o início da década de 40, chegamos a uma conclusão definitiva quanto ao tempo estimado para o Brasil alcançar o "status" de potência mundial.

Embora os observadores estrangeiros possam ser ambivalentes no que se refere à arrancada do Brasil para tornar-se uma potência mundial, não há no espírito da maioria dos brasileiros nenhuma dúvida a esse respeito. Estão absoluta e inequivocamente convencidos de que isso é inevitável e alcançável dentro dos próximos 25 anos.

O economista Roberto Campos, um dos arquitetos do modelo econômico pós-64, escreveu em 1972: "O ano 2000 parece adequado como um marco viável para a grandeza nacional. . . não está tão distante de modo a ser irrelevante, nem tão próximo para que possa parecer irreal". Um categorizado oficial-general do Exército, o General Meira Mattos, afirmou em seu livro *Brasil: Geopolítica e Destino* (1975) que "... a missão da Revolução de 31 de março de 1964 é fazer o Brasil atingir, no ano 2000, seu lugar entre as nações mais desenvolvidas do globo". Esse tema de grandeza nacional e de "status" de potência mundial é encontrado com frequência na literatura contemporânea brasileira.

O curioso e fascinante é que os brasileiros não estão mais especificamente inclinados a chegar à potência mundial do que os Estados Unidos estavam há 100 anos atrás. Os norte-americanos sentiam que tornar-se uma potência mundial seria

conseqüência natural da forma pela qual o país estava se desenvolvendo. Os brasileiros também pensam assim. Aham-se empenhados no processo de desenvolvimento e desbravamento do seu próprio país. Através desse processo, o Brasil também tornar-se-á uma potência mundial. É simples e tranqüilo.

Como ponto de partida, mas de modo algum definitivo, os seguintes fatores são geralmente associados ao "status" de potência mundial: extensão territorial e população, recursos naturais, industrialização, poder nuclear, capacidade militar e política externa. A quantos desses fatores o Brasil atende?

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A imensa massa territorial do Brasil afetou o povo psicologicamente, tornando os brasileiros super-nacionalistas. Não há complexo de inferioridade nacional — se algo existe é a mania de grandeza dos brasileiros. São atraídos pela tecnologia e as realizações das superpotências e as admiram. O restante do mundo simplesmente não é levado em consideração.

A população, estimada em 107.145.200 habitantes, significa que há uma grande força de trabalho disponível e um potencial mercado de massa. O crescimento da população tem sido ligeiramente inferior a 3% ao ano. Essa taxa é considerada demasiadamente elevada por alguns críticos do atual governo, uma vez que leva os planejadores sociais a se descuidarem das vidas humanas. No entanto, muitos outros acham que a taxa de crescimento populacional não é excessiva quando comparada com o imenso vazio interior. A população ativa — pessoas que podem comprar bens de consumo — é estimada aproximadamente entre 25 e 30 milhões.

Atualmente, a abundância de recursos naturais é um dos requisitos básicos para qualquer país ingressar no rol das potências mundiais, e o Brasil não tem problemas nesse particular. No entanto, possui quantidades insuficientes de carvão e petróleo. O fracasso de não encontrar petróleo suficiente em território nacional é um dos aspectos frustrantes do esforço desenvolvimentista brasileiro. Em 1975, o consumo diário era de aproximadamente 900.000 barris de óleo. A produção doméstica supria cerca de 185.000 barris, ou 20% — o restante tinha de ser importado. Quando se concretizou o embargo, os gastos do Brasil com importação de petróleo passaram de 507 milhões de dólares, em 1972, para três bilhões e 75 milhões de dólares em 1975. Isso deteriorou o balanço de pagamentos do Brasil.

Embora as exportações brasileiras em 75 fossem significativas (girando em torno de 8 bilhões e 600 milhões de dólares), as importações — refletindo o alto preço do petróleo — chegaram a 12 bilhões e 200 milhões de dólares. O déficit de 3 bilhões e 600 milhões de dólares foi compensado pela entrada maciça de capitais estrangeiros sob forma de empréstimos. Segundo algumas fontes de Wall Street, qualquer país que tenha um débito externo de 27 bilhões de dólares deve ser uma potência destacada.

O brasileiro em geral julga que a questão do petróleo é um problema com laivos de conspiração. O petróleo é encontrado em grandes quantidades em todos os

países sul-americanos que fazem fronteira com o Brasil — por que não no Brasil? O homem da rua sente que as grandes companhias petrolíferas estrangeiras — que, até 1976, eram proibidas por lei de realizar prospeções ou explorar campos de petróleo potenciais — tenham acordado em bloquear a descoberta de óleo.

A permissão para companhias estrangeiras operarem no Brasil é um aspecto político altamente explosivo que tem sido debatido desde 1953, quando a Petrobrás, uma companhia estatal, foi criada pelo Congresso Brasileiro, com direitos de monopólio sobre a perfuração e a prospeção de petróleo. Embora a Petrobrás tenha fracassado na descoberta de novos campos, foi bem sucedida no refino e na distribuição.

Entretanto, em 1975, como resultado do alto custo do petróleo importado e do aumento do consumo interno, o governo decidiu permitir às companhias estrangeiras explorar e desenvolver novas áreas petrolíferas. Foi uma decisão extremamente difícil de tomar, e o presidente brasileiro, Ernesto Geisel, fez um grande esforço para explicar sua decisão ao povo brasileiro. Na qualidade de ex-dirigente da Petrobrás, seu conhecimento do problema que o Brasil estava enfrentando nesse setor dava credibilidade à sua decisão e tornava-a mais aceitável aos olhos dos ultranacionalistas.

No entanto, não houve uma corrida das maiores companhias petrolíferas solicitando novos direitos de exploração. A menos que novos e grandes campos petrolíferos sejam descobertos e entrem em produção nos próximos anos, a escassez de petróleo poderá ser o maior obstáculo ao prosseguimento da expansão econômica brasileira e a sua ascensão ao "status" de potência mundial.

INDÚSTRIA

Muitos norte-americanos ficam de alguma forma surpresos e céticos quando, ao comprarem autopeças, encontram "Made in Brazil" nelas estampado. Atualmente, quase todas as peças da Volkswagen vendidas nos Estados Unidos são fabricadas no Brasil ou no México. Mais de 1.000 motores de automóveis de quatro cilindros são embarcados diariamente no Brasil para as fábricas Ford da Alemanha, do Canadá e da Argentina. Mais de 8.000 rádios Philco para automóveis são exportados todos os dias. A industrialização brasileira é um fato.

Entretanto, a pergunta inquietante e não respondida sobre o futuro dessa industrialização diz respeito ao papel e à influência dos empresários dos Estados Unidos e de outros países estrangeiros no controle do desenvolvimento econômico brasileiro. Muitas das indústrias importantes — tais como a automobilística, a de fibras sintéticas, a química, a da borracha sintética e a farmacêutica — estão controladas por companhias multinacionais.

Os técnicos da economia brasileira estão dolorosamente cômicos do problema da desnacionalização. Os empresários de pequenas e médias empresas estão vendendo tudo tão rapidamente quanto possível para os investidores estrangeiros, em vez de competir com eles. Poderá o Brasil evitar a situação enfrentada pelo Mé-

xico, em 1910, quando Porfirio Diaz fez seu país a Meca dos industriais norte-americanos e outros estrangeiros? Naquela oportunidade, o mexicano em geral sentia-se como um filho adotivo em seu próprio país. A explosão que se seguiu — a Revolução Mexicana — ceifou 1.000.000 de vidas e redefiniu a ordem política e econômica do México.

Para evitar tal situação, o governo brasileiro assumiu um papel importante na vida econômica do país e fixou setores onde o estado controla e opera companhias que impedem a usurpação por parte das multinacionais ou, pelo menos, competem com elas. Por exemplo, a indústria do aço, a mineração, os serviços públicos e os transportes são completamente controlados ou dominados por empresas estatais. Estima-se que mais da metade do investimento total da economia brasileira é feita pelo governo brasileiro.

O futuro do desenvolvimento brasileiro pode depender da luta que se desenrola, hoje, nos círculos governamentais. De um lado, estão aqueles que são favoráveis a uma maior participação do capital estrangeiro na arrancada para a industrialização. O ponto de vista oposto, que é o dos chamados nacionalistas, foi expresso pelo ex-Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, favorável a que o Estado invista mais fundos em áreas críticas, impedindo efetivamente que firmas estrangeiras se apossassem de setores vitais da economia brasileira.

À proporção que o Brasil aproxima-se do objetivo de tornar-se um estado industrial moderno e determinado a governar seu próprio destino, a delicada parceria econômica Brasil-Estados Unidos (os investimentos norte-americanos estão estimados em mais de 2 bilhões e 400 milhões de dólares) pode criar problemas de difícil solução.

PODERIO NUCLEAR

A maior parte do mundo teve a primeira indicação de que o Brasil era algo mais do que café, samba, Carmem Miranda e Pelé quando, em junho de 1975, foi assinado o pacto de energia nuclear Brasil-Alemanha Ocidental.

O pacto, profundamente analisado por Narman Gall (em "Átomos para o Brasil", Foreign Policy, janeiro, 1976), permitirá a construção de reatores, fabricação de componentes para mantê-los em funcionamento e o treinamento de profissionais brasileiros. Um dos aspectos mais importantes do acordo é a participação maciça da indústria brasileira. Também permitirá ao Brasil atingir uma capacidade de geração elétrica de 10.000 megawatt, prevista para 1990. Muito embora a capacidade instalada tenha crescido de 2.000.000 para 16.000.000 kilowatts, entre 1950 e 1973, a potência disponível tem caminhado atrás da demanda. Este pacto nuclear foi olhado com desagrado pelo governo dos Estados Unidos, mas os brasileiros seguiram em frente e assinaram um polpudo negócio para as suas concorrentes da Alemanha Ocidental, avaliado entre 2 e 8 bilhões de dólares.

As usinas de energia nuclear fazem parte definitivamente dos planos de desenvolvimento industrial do Brasil. Mesmo correndo o risco de desagradar a seus

aliados norte-americanos, eles caminham para a frente a todo vapor. Os primeiros sinais de que o Brasil não seria sempre um parceiro tímido e silencioso apareceram em 1972, quando o governo brasileiro recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear que era patrocinado pelos Estados Unidos. O embaixador brasileiro na ONU afirmou que o tratado era inaceitável: "... ele institucionaliza a desigualdade entre as nações. O Tratado aceita a premissa de que os países fortes tornar-se-ão mais fortes e os fracos tornar-se-ão mais fracos... O Tratado é o mais flagrante exemplo de todo o processo de congelamento da estrutura de poder do mundo".

Segundo estimativa atual, o Brasil será uma potência nuclear independente antes do ano 2000.

POLÍTICA EXTERIOR E PODER MILITAR

A política exterior brasileira reflete o avanço para modernização que se verifica no país. O Brasil, no entanto, leva uma grande vantagem sobre a maioria dos países em desenvolvimento — possui um serviço diplomático sofisticado e altamente credenciado com tradição, experiência e habilidade que remontam a mais de 150 anos. Uma política externa calma, mas agressiva, iniciou-se no começo do século XIX, quando o país se tornou independente de Portugal, e prosseguiu através do século XX. No quadro sul-americano de 1977, o parque industrial do Brasil e sua potencialidade como parceiro econômico têm ampliado a influência do país.

A comunidade empresarial mundial está apoiando os brasileiros decisivamente. A viagem do Presidente Geisel, em 1976, à França e à Inglaterra não resultou somente na recepção destinada à figura do Presidente, mas também aos negócios comerciais, pois, em ambos os países, foram assinados contratos de empréstimo e investimentos que atingiram bilhões de dólares. Em setembro de 1976, o presidente brasileiro visitou o Japão, e os contratos e acordos comerciais assinados irão elevar os investimentos japoneses no Brasil a mais de 1 bilhão de dólares. O Japão é hoje o segundo maior investidor no Brasil, ultrapassando a Alemanha Ocidental.

A proporção que a industrialização brasileira avança, ampliar-se-ão a influência e o relacionamento com o resto do mundo. Os brasileiros buscam novos mercados e o Itamaraty apóia ativamente os empresários patrícios nas operações externas. O esquema utilizado é similar ao norte-americano de pouco depois de 1900.

A capacidade militar e a chegada ao "status" de potência mundial constituem uma questão aberta. O Exército Brasileiro, a mais importante das três forças singulares, tem um efetivo de cerca de 167.000 homens, o que é pouco se considerados o tamanho e a população do país (como contraste, Cuba possui efetivo militar superior ao do Brasil). Rijo e completamente modernizado, o Exército Brasileiro não luta há mais de 100 anos contra qualquer dos seus vizinhos, embora o Brasil tenha enviado uma pequena força para a República Dominicana, em 1965, em operação conjunta com os Estados Unidos, para sufocar uma suspeita rebelião esquerdista.

Equipes especializadas em mísseis da Alemanha Ocidental estão trabalhando em íntima ligação com o Exército Brasileiro em testes de mísseis e foguetes no Nordeste do Brasil. Considerando esse fato à luz do Tratado de Tecnologia Nuclear de 1975, o Brasil pode estar na iminência de possuir a bomba atômica e o respectivo sistema de lançamento. Não resta dúvida de que o militar brasileiro tem um armamento moderno e sofisticado, assim como habilidade e treinamento para empregar-lo.

CAUSAS DA APREENSÃO

Há, no entanto, alguns aspectos do desenvolvimento brasileiro que causam apreensão, se o "status" de potência mundial for atingido pelo Brasil. Os brasileiros são elitistas e revelam muito pouca preocupação com a massa. O sucesso para a classe média significa dinheiro, que lhe dá "status" social e econômico. Parece que os brasileiros abraçaram decisivamente o Darwinismo Social.

Correndo o risco de estabelecer uma comparação histórica indevida, os brasileiros parecem estar atravessando um período pós-jacksoniano, onde todos estão em busca de 1 milhão de dólares, associado ao pior aspecto da "Idade Dourada" dos Estados Unidos, quando o governo apoiava os industriais com altas tarifas, normas monetárias e generosas doações de terras.

Espera-se que o Brasil — da mesma forma que os Estados Unidos — venha a dispor de um moderno parque industrial quando concluir seu período de desenvolvimento. Talvez a massa dos brasileiros tenha, então, bens e serviços e também melhor padrão de vida. Hoje, no entanto, a maioria dos brasileiros não desfruta de um estilo de vida compatível com a classe média. No seu esforço para a industrialização, estão queimando e consumindo seus cidadãos da mesma maneira que os norte-americanos empregaram o trabalhador imigrante no período de 1876 a 1900.

A seguinte afirmativa pode nos ajudar a estabelecer alguma perspectiva sobre o problema do Brasil tornar-se uma potência mundial: "... os líderes (brasileiros) também insistem (atualmente) que o Brasil não quer ser uma superpotência. A maioria deles nos fez esta afirmação. A única resposta honesta e polida foi que um Brasil verdadeiramente bem sucedido não poderá deixar de ser uma superpotência. Entretanto, é óbvio que se o Brasil não sofrer percalços e se também for bem sucedido em outros aspectos, automaticamente tornar-se-á potência mundial... Tal fato é inegável, pelo menos para qualquer um que esteja familiarizado com a História brasileira, amplamente conhecedor dos dados referentes a território, população e recursos naturais. Pressupondo um Brasil sem percalços e bem sucedido em outros aspectos, o problema não é saber se o Brasil será uma superpotência, mas quando".

Joseph Alsop escreveu o trecho do texto acima sobre a China, para o New York Times Magazine (11 de março de 1973). Trocar "China" por "Brasil" não é difícil, impossível ou inimaginável.

(Transcrito do "Intellect Magazine", de junho de 1979, tradução do Maj. Art OEMA Oacyr Pizzotti Minervini)